

A POLÍTICA DO SINPRO/RS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

A trajetória vitoriosa e idônea do projeto SINPRO/RS, reconhecida pela categoria e por este 8º Congresso, permite que se reflita sobre os avanços necessários e desafiadores que, sem dúvida, colaboram no fortalecimento do nosso sindicato.

O SINPRO/RS se constitui num poderoso instrumento de defesa dos interesses, direitos, reivindicações dos professores e de luta pelo aprofundamento da democracia, da cidadania e de um mundo auto-sustentável e mais justo. Esse posicionamento claro e inequívoco contraria muitos interesses. É visível o desconforto da patronal, instâncias de governo, setores sociais, e, até mesmo, de setores do judiciário que vêem, a presença do SINPRO/RS como desafiadora, ousada e incômoda. Por vezes até como uma intromissão.

O SINPRO/RS, antes de mais nada, deve manter sua tradição de desafiar-se para a continuidade da sua construção e legitimação crescente como representante de todos os professores de todas as ofertas de ensino em todos os níveis e modalidades das instituições privadas e das fundações de direito privado no RS.

Para isto é fundamental manter sua tradição de presença nas instituições e principalmente a busca pela adesão formal e consciente dos professores ao quadro social do sindicato.

Informar os professores, através de todos os meios, sobre os seus direitos e a dinâmica do mundo educacional e do trabalho, especialmente no setor privado, é outra política do SINPRO/RS que este CEPEP referenda e recomenda a continuada qualificação.

A dignidade profissional é o objetivo maior da ação sindical do SINPRO/RS que se expressa no estabelecimento de condições contratuais de forma coletiva e no respeito da comunidade escolar a cada professor individualmente como pessoa e como profissional da educação.

O SINPRO/RS em conformidade com as suas intenções de representatividade e legitimidade deve buscar a qualificação dos processos negociais que estabelecem as condições de trabalho dos diferentes segmentos do professorado.

O Sindicato dos Professores buscará os efetivos interlocutores para a pactuação das convenções e acordos coletivos de trabalho que beneficiem os professores.

É nesta perspectiva que estão as negociações realizadas com o Sindicreches, Sindepars, Sindiomas, UERGS, Fundação Liberato, Secraso, além do Sinepe/RS.

Junto ao Sinepe/RS, tradicional interlocutor do SINPRO/RS, para a negociação da Convenção Coletiva dos segmentos majoritários da categoria, a educação básica e a educação superior, o Sindicato deve qualificar a pauta de reivindicações buscando, além da melhoria salarial, contemplar as questões que a dinâmica do mundo educacional vai constituindo como elementos a serem regulamentados, tendo como meta avanço nas conquistas das condições de trabalho e salariais.

O SINPRO/RS deve retomar a bandeira da remuneração da extensa e cada vez mais elástica jornada de trabalho extraclasse.

A hora-atividade remunerada é uma reivindicação estratégica dos professores a ser buscada nas convenções coletivas e nas reclamações individuais no judiciário trabalhista.

A especificação e a padronização da remuneração de todo o trabalho do professor também deve ser buscada nas negociações coletivas, especialmente na educação superior, em que ele, para além da dação de aula, se desdobra em acompanhamento de estagiários, reuniões variadas, TCC, participação em bancas de avaliações, elaboração de projetos, atividades de extensão, etc.

Para garantir uma negociação mais objetiva, o SINPRO/RS deverá apresentar pautas de reivindicações específicas e separadas dos professores da educação básica e da educação superior.

O sindicato dos professores deverá realizar também uma pesquisa para apurar os principais problemas de saúde apresentados pelos professores no ensino privado gaúcho devendo denunciá-los à opinião pública e transformar a superação dos mesmos em reivindicações aos sindicatos patronais do ensino privado.

Anuidades Escolares X Reajustes Salariais

O RS viveu nos últimos anos um período de grandes dificuldades econômicas por conta de uma conjugação de fatores que vão desde os meteorológicos até os de ordem cambial.

As instituições de ensino, no entanto, praticaram ao longo do período, uma política de reajustes das anuidades acima da inflação conforme evidencia o monitoramento da evolução dos preços do ensino privado realizado pelos sindicatos de professores e funcionários em parceria com a subseção do Dieese. Esta vantagem das anuidades se expressa também sobre os salários dos professores que, de um modo geral, tiveram reposta tão-somente a inflação.

Ano	Média de Reajuste da Educ. Básica %	Média de Reajuste do Ensino Superior %	INPC %	Anuidade Educação Básica / Inflação	Anuidade Ens. Superior / Inflação
1996	30,55	25,85	21,64	7,32%	3,46%
1997	16,73	16,22	8,14	7,94%	7,47%
1998	9,01	8,52	4,48	4,34%	3,87%
1999/1	4,00	3,10	3,05	0,92%	0,05%
2000	7,40	9,53	7,06	0,32%	2,31%
2001	7,16	8,04	5,90	1,19%	2,02%
2002	8,01	9,89	9,57	-1,42%	0,29%
2003	10,95	13,02	17,66	-5,70%	-3,94%
2004	12,00	12,00	7,47	4,22%	4,22%
2005	10,12	10,12	5,91	3,98%	3,98%
2006	7,00	6,31	4,63	2,27%	1,61%
2007	5,26	5,11	3,12	2,07%	1,93%
Acumulado 1996 a 2007	230,99	231,46	154,22	30,19%	30,38%

Considerando que, a partir de 2007, iniciou-se uma recuperação da economia gaúcha, expressa nos mais diversos indicadores, é de se deduzir que esta nova realidade terá efeitos positivos no ensino privado. Assim sendo e considerando a trajetória das anuidades, os professores do ensino privado que tiveram inibidas as suas reivindicações em função da hegemonia, nos meios de comunicação, da crise do RS, decidem pela retomada da sua luta em prol do aumento real de salário nas Campanhas Salariais e Negociações Coletivas do próximo período.

O Desafio da Educação Superior

Conhecer e compreender as especificidades dos diferentes segmentos que compõem a categoria dos professores do ensino privado sempre foi um desafio para o SINPRO/RS.

Desafio que o sindicato tem encarado e respondido com a formulação de políticas e negociações específicas com os interlocutores representativos dos diferentes segmentos patronais.

É na lida com a realidade da Educação Superior que o SINPRO/RS se depara com a maior complexidade do ensino privado.

Para começar, é de se referir à diversidade institucional que compõe o universo empregador da educação superior: Universidades, Centros Universitários e instituições

isoladas, submetidas a diferenciadas exigências acadêmicas que produzem também diversas realidades contratuais dos professores.

É também na educação superior que se verifica o maior dinamismo do setor, marcado pelo acirramento da concorrência facilitada pela permissividade oficial no credenciamento de instituições e na aprovação de cursos, ao que se juntou no último período a proliferação quase indiscriminada da Educação a Distância - EaD.

Para a Educação Superior, as normativas oficiais estabelecem exigências de qualificação docente, bem como vínculos mais sólidos de uma parte dos professores, no caso, com as Universidades. Trata-se do regime de contratação dos professores que, pela CLT, são sempre horistas/aulistas, mas nas Universidades precisam atuar em um 1/3 com tempo integral.

O SINPRO/RS se empenhará no próximo período para que esta exigência acadêmica tenha as devidas formalizações trabalhistas e deixe de ser um requisito temporário ao saber das visitas das Comissões do MEC.

Planos de Carreira: Uma Reivindicação Estratégica dos Professores da Educação Superior

A exigência de que os diferentes tipos de instituição de educação superior tenham um Plano de Carreira para os seus professores consta no projeto de Reforma da Educação Superior encaminhada ao Congresso Nacional no último ano do primeiro governo Lula.

Posteriormente, em maio de 2006, o mesmo requisito foi incluído também, de forma muito discreta, no Decreto 5.773, de 09/05/2006, chamado Decreto Ponte (Art 16, II).

O SINPRO/RS considera absolutamente estratégica a existência de planos de carreira nas instituições de Educação Superior, especialmente nas Universidades.

Esta importância decorre da melhoria da qualidade do ensino que o estímulo à qualificação docente e a produção científica e acadêmica proporcionam para a sociedade, enquanto para o professor revertem em avanços na carreira expressos em *status* acadêmico e acréscimos de remuneração.

O sindicato dos professores continuará o empenho pela implementação de planos de carreira nas instituições e também na legalização trabalhista dos já existentes nas Universidades.

Os planos de carreira devem ser partes efetivas da relação contratual dos professores com as instituições de ensino.

O SINPRO/RS considera também que os Planos de Carreira, à medida que estabelecem uma quebra da isonomia salarial entre os professores de uma mesma instituição, precisam de formalização no âmbito trabalhista, precisam resultar de um processo negocial em que os interesses dos professores sejam sustentados pela única representação legal dos mesmos, detentora de condições políticas para uma efetiva negociação cujos resultados sejam submetidos à avaliação e à deliberação soberana dos docentes.

O Acordo Coletivo é a melhor fórmula para a transformação dos Planos de Carreira em patrimônio conjunto das instituições e dos docentes, com possibilidade de avaliações periódicas e modificações negociadas sem que alterações eventualmente necessárias instaurem uma crise institucional ou que se imponham prejuízos aos docentes pela suspensão unilateral do plano.

Por um SINPRO/RS mais forte

Para a continuidade da sua trajetória de enfrentamento das múltiplas ações desenvolvidas pelo SINPRO/RS, que já possui uma boa política de comunicação com a sociedade e com a categoria, o sindicato deverá desenvolver ações que visem a ampliar e estreitar a participação dos professores na vida e nas principais iniciativas propostas e desenvolvidas pelo seu sindicato. Para isso há tecnologia disponível para nos auxiliar e

ousarmos mais. Concretamente, estamos propondo a realização de consulta de opinião geral, setorial, temática, que se constitua em fonte de informação sobre a realidade e a opinião dos professores, bem como em instrumento de legitimação do SINPRO/RS e suas políticas.

Outro instrumento importante é a qualificação e profissionalização da nossa entidade. Para tanto, faz-se necessário que o SINPRO/RS constitua assessorias técnicas, tanto nas áreas de sua atuação específica (educacional), quanto naquelas em que, por contrariar interesses, deverá defender seu patrimônio, seu projeto, e sua diretoria democraticamente eleita e cumpridora das determinações estatutárias.

Outras propostas:

- ▶ ampla comemoração dos 70 anos de fundação do SINPRO/RS;
- ▶ apoio e continuidade de dotação financeira à Fundação Ecarta, com vistas a sua consolidação e extensão de suas atividades ao interior do Estado;
- ▶ mobiliamento de todas as unidades habitacionais da Casa do Professor;
- ▶ realização de pesquisa sobre as reais condições de saúde do professor do ensino privado gaúcho e os fatores de adoecimento;
- ▶ realização de seminários sobre a saúde e motivação dos professores e definição de reivindicações nas pautas de negociações com as entidades patronais;
- ▶ manifestação crítica sobre o empenho do Sinepe/RS pela participação dos professores no seu congresso;
- ▶ continuação das campanhas anuais de sindicalização, inclusive com estímulo de brindes e prêmios para a potencialização das mesmas.
- ▶ luta por melhoria na regulamentação da educação a distância na CCT, acordo e gestão política junto ao MEC e CNE;
- ▶ intensificar a luta por melhor qualidade na educação do setor privado, identificando, denunciando e publicizando as instituições descumpridoras da legislação educacional e trabalhista
- ▶ fortalecimento da parceria com a CONTEE , com o movimento social e estudantil e na luta contra a desnacionalização das instituições, contra a mercantilização da educação e pela regulamentação do setor privado de ensino.
- ▶ ratificação, neste 8 CEPEP, da campanha da CONTEE, “Educação não é Mercadoria”, sob a forma de divulgação da mesma;
- ▶ Implementação de uma política pela regulamentação da educação infantil, principalmente no que diz respeito às creches comunitárias.
- ▶ luta pelo aumento real nas Campanhas Salariais e negociações coletivas.
- ▶ a continuidade da luta do SINPRO/RS pela manutenção do veto presidencial à Emenda 3 e pela luta contra seu conteúdo em eventuais novas proposições, bem como a divulgação através dos veículos de comunicação do SINPRO/RS à comunidade;
- ▶ ação em defesa da contratualidade do professor do Ensino Superior e da manutenção das funções do Ensino, Pesquisa e Extensão, inerentes à Universidade como atividades docentes;
- ▶ manifestação crítica sobre a redução de oferta de pós-graduação *strictu sensu* ;
- ▶ repúdio à prática de demissão de professores com elevada titulação nas instituições de Ensino;
- ▶ defesa à regulamentação de ofertas de cursos de pós-graduação *latu sensu*;
- ▶ ação do SINPRO/RS na ampliação de instrumentos que denunciem a perda de qualidade do ensino e conseqüente precarização da contratualidade do professor;
- ▶ continuidade da promoção, pelo SINPRO/RS, de debates acerca da implementação de 9 anos no Ensino Fundamental.

